

MARY HELENA ALLEGRETTI
Antropóloga
Dra. em Desenvolvimento Sustentável

Rua Itupava, 1220 - Alto da Rua XV
80045-330 Curitiba, Pr
41 3262 9494 41 98852 3992
m.allegretti@uol.com.br
<http://lattes.cnpq.br/7610088302493423>

POSIÇÃO ATUAL

Presidente do Instituto de Estudos Amazônicos - IEA
<https://institutoestudosamazonicos.org.br/>

Consultora em Desenvolvimento Sustentável
Mary Helena Allegretti Consultoria – ME

TÍTULOS ACADÊMICOS

Universidade de Brasília/Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, DF.

Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, concentração em Economia Ecológica. Tese aprovada em dezembro de 2002: "A Construção Social de Políticas Ambientais. Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros".

Universidade de Brasília/Departamento de Antropologia, Brasília, DF.

Mestrado em Antropologia Social. Dissertação aprovada em dezembro de 1979: "Os Seringueiros: Estudo de Caso em um Seringal Nativo do Acre".

Universidade Federal do Paraná

Licenciada em Ciências Sociais em dezembro de 1971.

Especialista em Antropologia em 1973 e 1975.

Especialista em Planejamento de Recursos Humanos em 1975/Organização dos Estados Americanos/OEA.

Instituto de Desenvolvimento Educacional da Fundação Getúlio Vargas

Curso de Atualização: Negociação e Administração de Conflitos.

Fevereiro a maio de 2018.

CARGOS PÚBLICOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA) - SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO DA AMAZÔNIA (SCA), BRASÍLIA, DF.

Março de 1999 a Novembro de 2003.

Responsável pela coordenação da política de desenvolvimento sustentável do MMA para a Amazônia por meio dos seguintes Programas, Subprogramas, Projetos e Ações:

- Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil – PPG7:

Criado em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio

92), o PPG7 foi uma das maiores iniciativas de cooperação multilateral voltada à temática ambiental em âmbito global.

A Secretaria de Coordenação da Amazônia foi responsável pela coordenação dos seguintes subprogramas e projetos do PPG7: (i) Subprograma de Política de Recursos Naturais – SPRN; (ii) Projetos Demonstrativos do Tipo A – PDA; (iii) Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise - AMA; (iv) Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas – PDPI; (v) Projeto Negócios Sustentáveis – PNS. A SCA também respondeu pela Comissão de Coordenação Brasileira e pela Coordenação Executiva do Programa.

Subprograma Política de Recursos Naturais – SPRN: (10/1995 a 06/2006).

O objetivo do SPRN foi o de contribuir para a definição e implementação de um adequado modelo de gestão ambiental integrada para a Amazônia Legal, visando o uso sustentável dos recursos naturais. O público do Programa eram os órgãos governamentais federais, estaduais, organizações da sociedade civil de atuação em âmbito municipal e setores produtivos. As seguintes ações foram implementadas:

- Iniciativas inovadoras de controle e monitoramento de desmatamentos e queimadas associadas ao desenvolvimento de ações voltadas à valorização da floresta. A concepção e implantação do Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedade Rural (SLAPR) para controle do desmatamento, com o georreferenciamento das propriedades rurais para emissão de autorizações de desmatamento, surgiu no estado do Mato Grosso em 1999 e foi incorporada pela SCA como política de controle do desmatamento para toda a Amazônia. O Sistema foi incorporado ao SPRN que viabilizou recursos financeiros para implantar as bases cartográficas digitais contínuas para monitoramento do desmatamento em todos os estados da Amazônia, criando o suporte para os Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM) em 2004 e do Cadastro Ambiental Rural – CAR em 2012.

- Instrumentos de ordenamento territorial. O SPRN foi responsável pela operacionalização do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) com transferência do arcabouço legal e procedimentos técnicos e administrativos para implantação de ações de gestão ambiental e do ZEE em 5 estados da Amazônia. Os produtos do ZEE foram divulgados para públicos-alvo (propriedades rurais, agências bancárias, assentamentos, secretarias de agricultura, entre outros) por meio de publicações e palestras.

- Projetos de Gestão Ambiental Integrada (PGAIs). Fortalecimento da descentralização da gestão ambiental para os estados por meio do apoio a planos estratégicos de gestão, reestruturação organizacional dos OEMAs dos nove estados amazônicos, além de novas políticas setoriais apoiadas nas áreas de recursos hídricos, biodiversidade, florestas. Os PGAIs foram implantados nos 9 estados da Amazônia Legal.

- Capacitação. Consolidação do processo de capacitação dos órgãos públicos com vistas à implementação de políticas públicas para incentivar o desenvolvimento sustentável. O SPRN viabilizou o fortalecimento da capacidade institucional do ponto de vista técnico, logístico e gerencial, com ações de capacitação técnica e planejamento participativo, a estruturação das entidades estaduais de meio ambiente com recursos financeiros para equipamentos, recursos humanos e recursos tecnológicos e transferiu experiências bem sucedidas entre os estados.

Com o objetivo de analisar experiências concretas para a formulação de políticas públicas adequadas ao desenvolvimento para a região, foi realizado em Brasília, de 19 a 21 de setembro de 2000, o “Seminário Causas e Dinâmica do Desmatamento na Amazônia”, com apoio do PPG7 e do SPRN. O resultado do seminário foi publicado pela SCA: “Causas e Dinâmica do Desmatamento na Amazônia”, Ministério do Meio Ambiente, Brasília, 2001, 436 p.

Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise – AMA

O objetivo do Projeto AMA foi sistematizar conhecimentos e lições estratégicas, especialmente para políticas públicas apoiadas pelos subprogramas e projetos do PPG7; capacitar e assessorar tecnicamente os projetos e subprogramas do PPG7 no que tange ao monitoramento e avaliação de resultados; realizar estudos e análises, assim como organizar seminários e debates sobre temas do Programa Piloto.

Projeto Negócios Sustentáveis – PNS

O objetivo do PNS era contribuir para a geração de renda das populações locais, promovendo a proteção da floresta e da biodiversidade por meio do apoio à consolidação e promoção de empreendimentos que utilizem os recursos naturais de forma sustentável e da proposição de instrumentos de políticas públicas sustentáveis. Foram selecionadas 79 iniciativas e 10 receberam apoio técnico do projeto para transferência de tecnologias, parcerias comerciais, estudos setoriais estratégicos, comunicação e disseminação. Com o objetivo de avançar nas políticas públicas para a Amazônia e superar o alcance limitado das iniciativas de desenvolvimento sustentável, a SCA contratou dois economistas reconhecidos para realizar estudo sobre instrumentos econômicos, com apoio dos projetos Apoio ao Monitoramento e Análise e Negócios Sustentáveis.

O livro “Instrumentos Econômicos para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia”, de Paulo Haddad e Fernando Rezende, foi publicado pelo Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Coordenação da Amazônia, Brasília, 2002, 146 p.

Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas – PDPI

O objetivo do PDPI foi apoiar comunidades e organizações indígenas da Amazônia para elaborar e executar seus próprios projetos sustentáveis nas áreas social, cultural e econômica, propiciando a gestão ambiental de suas terras. 180 projetos locais de iniciativa indígena foram apoiados e implementados.

- Programa ARPA - Áreas Protegidas da Amazônia

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), foi aprovado pelo Global Environment Facility (GEF) em 12 de maio de 2000 e instituído pelo Decreto nº 4.326, de 8 de agosto de 2002. É a maior iniciativa em conservação da biodiversidade existente no Brasil. O Projeto ARPA teve os seguintes objetivos em sua primeira fase: (i) Criação de 18 milhões de hectares em novas unidades de conservação, de proteção integral e uso sustentável, na Amazônia Legal. (ii) Consolidação de 12 UCs de Proteção Integral já existentes, totalizando 7 milhões de hectares. (iii) Criação de um Fundo Fiduciário para financiar os custos recorrentes para a administração e proteção das UCs de Proteção Integral e das atividades de controle e vigilância ambiental de UCs de Uso Sustentável com vistas a garantir a sustentabilidade financeira de longo prazo das unidades de conservação. (iv) Monitoramento da biodiversidade incluindo variáveis biológicas gerais e socioeconômicas dentro e no entorno das UCs dando origem a um sistema orientado para monitorar e dimensionar a execução dos objetivos do projeto.

A SCA foi responsável pela elaboração da proposta e negociação com o WWF (co-financiador) para inclusão de unidades de conservação de uso sustentável no Programa, desenhado exclusivamente para UCs de proteção integral, distribuindo igualmente os recursos entre as duas modalidades. Realizou o *Project Appraisal Document*, a negociação das condicionalidades sociais e ambientais com o Banco Mundial assegurando a aprovação do projeto.

- Coordenadoria de Agroextrativismo

Com o objetivo de formular e implementar uma política integrada de apoio às comunidades tradicionais da Amazônia, a SCA criou a Coordenadoria de Agroextrativismo com os seguintes objetivos: - Promover e apoiar a organização das comunidades extrativistas para a produção e para a auto-gestão de seus

empreendimentos produtivos. - Prover e/ou articular assistência técnica e financeira para a produção, beneficiamento, armazenamento e comercialização dos produtos da floresta. - Promover estudos e disponibilizar informações às comunidades extrativistas, sobre alternativas sustentáveis de geração de renda com os produtos da floresta. - Apoiar a realização de análises de mercado para os produtos extrativistas. - Interagir com órgãos públicos e instituições não governamentais para a implantação dos Planos de Manejo nas Reservas Extrativistas.

- Programa Amazônia Solidária – Apoio às Comunidades Extrativistas da Amazônia

Programa voltado ao fomento de uma carteira de pequenos projetos que atendeu demandas das instituições representativas (ou de apoio) das comunidades extrativistas, de acordo com 5 linhas prioritárias: Produção, Beneficiamento e Comercialização; Assistência Técnica e Incentivo ao Crédito; Criação e Estruturação de Resex, PDS e Assentamentos Extrativistas; Organização e Fortalecimento das Comunidades Extrativistas; Capacitação e Gerenciamento.

O Programa foi coordenado por um Comitê Gestor formado pelas seguintes instituições: SCA, PDA, GTA e MIQCB. A Secretaria Executiva do Programa era de responsabilidade da Coordenadoria de Agroextrativismo e das três Agências Implementadoras: CNS, GTA, COIAB. Entre 1999 e 2003 foram apoiados 254 projetos totalizando R\$23,5 milhões. Os recursos foram repassados às instituições diretamente pelo MMA por meio de convênios ou por intermédio do PNUD, na forma de Contratos e de Cartas de Acordo com CNS e/ou GTA. A Coordenadoria também atuou em outras áreas: assistência técnica à linha de crédito Prodex, do Banco da Amazônia, orientada para populações extrativistas e viabilizou, entre 1997 e 2002, R\$22,8 milhões para 6.361 famílias e monitoramento da política de subsídio ao preço da borracha para seringueiros.

- Programa Gestão Ambiental em Terras Indígenas na Amazônia

O Programa Gestão Ambiental em Terras Indígenas na Amazônia foi organizado para atender aos seguintes objetivos: - Promover processos participativos com organizações indígenas e parceiros, para consolidação das estratégias e ações a serem desenvolvidas na Amazônia. - Apoiar iniciativas de gestão ambiental e desenvolvimento sustentável em Terras Indígenas da Amazônia. - Apoiar as iniciativas de reconhecimento e valorização dos conhecimentos tradicionais indígenas, conservação e aproveitamento sustentável da biodiversidade. - Apoiar iniciativas de formação/capacitação e fortalecimento das organizações indígenas para gestão ambiental de seus territórios. - Apoiar o fortalecimento e disseminação das experiências exitosas em gestão ambiental em Terras Indígenas na Amazônia.

O Programa apoiou 74 projetos e as seguintes ações: acompanhamento do PDPI (PPG7); participação no processo de construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Sustentável para os Povos Indígenas por meio de oficinas em todo o território nacional – PRONAF-Índio; acompanhamento da questão do garimpo de diamante nas Terras Indígenas Cinta Larga, em interface com a Presidência da República, Procuradoria da República, Ministério das Minas e Energia e Ministério da Justiça/FUNAI.

- Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia –Proecotur

Contrato de cooperação técnica com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para realização de fase de pré-investimento com o objetivo de integrar os polos de ecoturismo por meio de roteiros com atrativos complementares, dotando-os de infraestrutura e serviços públicos e privados para atendimento aos visitantes, além de capacitação e treinamento de populações locais e de instituições governamentais nos diversos níveis de gestão. O projeto realizou a estratégia de turismo sustentável na Amazônia legal, as estratégias estaduais e locais de ecoturismo, estudos dos projetos de infraestrutura para a segunda etapa de investimentos e assistência técnica e capacitação, por meio de convênios com os nove estados amazônicos e com prefeituras.

- Programa Brasileiro de Ecologia Molecular para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia – PROBEM

O PROBEM foi criado com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento da bioindústria no país, em especial na região norte e para diversificar a estrutura produtiva da Amazônia brasileira, em particular da Zona Franca de Manaus. O foco de atuação era a obtenção de produtos industrializados de alto valor agregado e com potencial de mercado, além da geração de conhecimentos e transferência de tecnologia de ponta, mediante formação de parcerias entre instituições de pesquisa e empresas privadas, nacionais e internacionais. A SCA coordenou o Probem entre 1999 e 2001 e viabilizou o início de implantação da obra do Centro de Biotecnologia (CBA) em Manaus e firmou convênios com projetos estaduais para uso sustentável da biodiversidade.

- Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável da Produção Familiar – Proambiente

O Programa, voltado para produtores familiares (agricultores, extrativistas, pescadores artesanais), começou a ser elaborado em 2000 por instituições dos movimentos sociais (FETAGRIS, CONTAG, CNS, COIAB, MONAPE, GTA), com a contribuição de ONGs (FASE, IPAM) e contou com apoio da SCA por meio do SPRN e do PDA. Nasceu da necessidade de construção de novos modelos de assistência técnica e de crédito que garantissem o desenvolvimento da agricultura familiar, integrado à conservação ambiental na Amazônia brasileira. Uma inovação do Programa foi a identificação de instrumentos econômicos que contribuíssem para a promoção do desenvolvimento regional, e que fossem além do crédito rural já existente no Brasil, avançando na contribuição da preservação dos valores socioculturais, na manutenção e criação de empregos rurais e na conservação do meio ambiente. A proposta foi incluída como programa do governo federal a partir do Plano Plurianual (PPA) 2004/2007, sendo vinculada à Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDRS) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que absorveu vários programas da SCA após a mudança de governo.

- Agenda Positiva da Amazônia

Processo de negociação com estados, setores produtivos e sociedade civil dos nove estados da Amazônia e seus representantes no Congresso, para implantação de uma agenda positiva de redução do desmatamento. Acordos foram firmados e assinados com diferentes setores produtivos em sessão pública da Comissão da Amazônia e de Desenvolvimento Regional da Câmara dos Deputados, que demandou a realização de negociações semelhantes em cada um dos estados. A Agenda de cada estado passou a ser referência para a liberação de recursos do MMA para a Amazônia. A SCA coordenou a negociação de 9 Agendas Positivas que foram consolidadas em um seminário na mesma Comissão entre 28 e 30 de junho de 2000. Resultados publicados pela Câmara dos Deputados: “Agenda Positiva da Amazônia”, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, Série Parlamentar n. 125, Brasília, 137 p.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ, MACAPÁ, AP.

Secretária de Estado de Planejamento e Coordenação Geral e Secretária de Estado de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia.

Fevereiro a novembro de 1995.

- Responsável pela elaboração e coordenação do “Plano de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA”, primeira iniciativa de implantação de uma política estadual de sustentabilidade na Amazônia. Experiência pioneira de vincular a sustentabilidade à área de planejamento, orçamento e finanças.

- Coordenação do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amapá.
- Elaboração da política estadual para a Castanha do Brasil em benefício das comunidades tradicionais do Estado.
- Elaboração da política de gestão de resíduos sólidos do Estado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO, ESTADO DO ACRE.

Coordenadora do Projeto Especial Cidades de Porte Médio. Ministério do Interior. Banco Mundial. Programa financiado pelo Banco Mundial para investimentos em infraestrutura social e econômica em Rio Branco como parte da política urbana nacional, com foco nos municípios de médio porte. Agosto de 1983 a março de 1984.

ATIVIDADES ACADÊMICAS

Universidade Federal do Paraná

Professora Auxiliar e Assistente de Antropologia, 1972-1982.

Universidade Federal do Acre

Professora Visitante de Antropologia, 1982.

Universidade Federal do Mato Grosso

Professora de Antropologia, 1984.

University of Florida

Elizabeth Eddy Visiting Professor of Applied Anthropology. Department of Anthropology. Curso ministrado: "Anthropology and Development - Social Movements and Public Policies – the experience of the Extractive Reserves in Amazonia". Janeiro a maio de 2010.

University of Wisconsin-Madison

Tinker Visiting Professor. Nelson Institute for Environmental Studies - Center for Latin American and Caribbean Studies. Curso ministrado: "Environment, Development and Social Movements: An Amazonian Perspective". Janeiro a maio de 2007.

University of Florida

Bacardi Eminent Visiting Scholar. Center for Latin American Studies. Curso ministrado: "Environment, Development and Social Movements: An Amazonian Perspective". Agosto a dezembro de 2005.

University of Chicago

Tinker Visiting Professor. Department of Anthropology. Curso ministrado: The Social Construction of Environmental Policy in the Amazon: The Case of the Rubber Tappers Movement. Março a julho de 2005.

Yale University

McCluskey Fellow. Yale School of Forestry & Environmental Studies. Curso ministrado: "Environment, Development and Social Movements: An Amazonian Perspective". Agosto a dezembro de 2004.

Cambridge University

Visiting Researcher. Centre of Latin American Studies - Faculty of Social and Political Sciences. Janeiro a março de 1994.

PRÊMIOS

Ativista Ambiental do Ano

Prêmio Personalidades TOPVIEW 2019, 4 de dezembro de 2019.

Mulheres Notáveis 2019

Brazil Foundation, São Paulo, SP, 13 de novembro de 2019.

Ecologia e Ambientalismo

Câmara Municipal de Curitiba, Curitiba, PR, 28 de agosto de 2019.

Ford de Conservação Ambiental

Ford do Brasil e Conservação Internacional. Camaçari, BA, 25 de novembro de 2008.

Chico Mendes de Florestania

Governo do Acre. Rio Branco, AC, 22 de dezembro de 2005.

Medalha de Ouro

WWF - World Wide Fund for Nature. Montreux, Suíça, dezembro 1991.

Prêmio Global 500 de Meio Ambiente

Medalha de Meio Ambiente

Better World Society. Nova York, NY, outubro 1989.

ATUAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL – 1981-1996 / 2016 até o presente

- CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA DA AMAZÔNIA – CEDOP. Rio Branco, Acre. 1981 /CENTRO DOS TRABALHADORES DA AMAZÔNIA – CTA 1982/83.

Diretora Técnica e Coordenadora do Projeto Seringueiro, primeira experiência de educação de adultos na floresta, em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, presidido por Chico Mendes. Elaboração da Cartilha Poronga, material didático para português e matemática próprio para seringueiros do Acre, em parceria com o CEDI – Centro de Documentação e Informação, hoje Instituto Socioambiental.

- INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – INESC. Brasília, DF. 1985-1986.

Responsável pela organização do 1º Encontro Nacional dos Seringueiros em Brasília entre 10 e 17 de outubro de 1985, evento que reuniu mais de 100 seringueiros de toda a Amazônia quando foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, hoje Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS, e foi formulada a ideia de uma reforma agrária ambiental específica para posseiros que viviam em seringais da Amazônia. O desenvolvimento dessa demanda deu origem, em 1990, ao conceito de Reserva Extrativista, desenvolvido pelo CNS com assessoria do IEA, e à proposta das primeira 4 Reservas Extrativistas formuladas pelo IEA em convênio com o IBAMA.

- INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS – IEA. Curitiba, PR. 1986-1996

O Instituto de Estudos Amazônicos - IEA evoluiu em dois tempos desde sua criação: o primeiro entre 1986 e 2006 e o segundo iniciou em 2016 e continua vigente. No primeiro tempo, o IEA apoiou a organização do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), criado em 1985, e ações de Chico Mendes contra os desmatamentos que ocorriam no Acre e em outras regiões da Amazônia. Foi criado um escritório em Rio Branco e contratada assessoria jurídica para defender os direitos do movimento social. Após o assassinato de Chico Mendes, o IEA transformou a demanda dos seringueiros de viver na floresta no conceito jurídico, institucional, ambiental e socioeconômico das Reservas Extrativistas e fundamentou a criação das primeiras unidades nos estados do Acre, Rondônia e Amapá. O número de reservas foi crescendo e o IEA passou apoiar o desenvolvimento sustentável dessas Unidades de Conservação (UCs). Em 1996 interrompeu suas atividades.

INSTITUTO DE ESTUDOS AMAZÔNICOS – IEA. Curitiba, PR e Rio Branco, AC. 2016 até o presente.

A partir de 2016 quando um novo cenário se instalou na Amazônia e as Resex começaram a ficar ameaçadas por desmatamentos, queimadas e invasões. O grupo que originalmente criou o IEA e novos membros decidiram que seria preciso reorganizar as atividades e uma nova diretoria assumiu

o trabalho apoio ao CNS em defesa das Resex.

PROJETOS EM EXECUÇÃO

- **AÇÃO CIVIL PÚBLICA CLIMÁTICA.** 2020. Ação Civil Pública ajuizada pelo IEA junto à Justiça Federal de Curitiba contra a União Federal, em 08 de outubro de 2020, busca o reconhecimento do direito de todos à estabilidade climática através do cumprimento das metas estabelecidas para o controle do desmatamento na Amazônia. O IEA solicita que a União cumpra as metas estabelecidas na Lei da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC), que estabelece que o desmatamento na Amazônia Legal não pode ultrapassar 3.925 km² por ano. Ao não cumprimento da meta, o IEA solicita que toda a área desmatada além do permitido seja restaurada. Em decisão histórica para o direito da mudança do clima o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4) reconheceu que a ação movida pelo IEA ultrapassa o direito ambiental e deve ser analisada a partir do direito das mudanças climáticas, reconhecendo a importância do direito brasileiro e ampliando a conscientização acerca da crise climática. Ação fundamentada em relatório elaborado pelo Prof. Dr. Carlos Nobre e representada pelo Dr. Delton Winter de Carvalho. Todos os documentos estão disponíveis no site do IEA.

- **PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS E DIREITOS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.** 2021-2024. Apoiar as comunidades tradicionais e o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) na formulação de um modelo de gestão para garantir que os acordos de Pagamento por Serviços ambientais (PSA) sejam discutidos e implementados em condições equitativas. Definir responsabilidades legais e institucionais relacionadas aos créditos de carbono nas Reservas Extrativistas no âmbito dos contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) que regulam a gestão dessas unidades pelos governos estaduais e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Capacitar o CNS e comunidades extrativistas sobre mudanças climáticas, florestas e financiamento de projetos de crédito de carbono para povos da floresta. Implantar Observatório de PSA e REDD+ para divulgar experiências em territórios sob gestão comunitária com informações sobre resultados e benefícios locais.

- **AÇÃO CIVIL PÚBLICA CONTRA A UNIÃO POR OMISSÃO NA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES.** 2022. A ACP foi movida contra a União, ICMBio e IBAMA, considerando a omissão do Governo Federal e suas entidades no cumprimento de seus deveres legais, constitucionais e internacionais em relação à Resex e à Amazônia Legal, que pode ser vislumbrada pela flexibilização das normas ambientais e o corte de recursos financeiros e técnicos dos órgãos de fiscalização e monitoramento. A ACP tem a finalidade de responsabilizar a União pelos danos ambientais ocorridos na Reserva e morais gerados às comunidades extrativistas, além de impedir a continuidade do desmatamento ilegal e recuperar as áreas desmatadas acima do legalmente permitido.

- **FORTELECIMENTO DA GESTÃO NA RESERVA EXTRATIVISTA CHICO MENDES.** 2023-2024. O objetivo dos projetos é o fortalecimento institucional e organizacional das entidades representativas da RECM; elaboração participativa e identificação de parceiros institucionais para um Projeto Demonstrativo de Pagamento por Serviços Ambientais/REDD+ para controle do desmatamento e degradação florestal e elaboração de um plano de desenvolvimento das comunidades residentes; execução de agenda de defesa da RECM com ajuizamento de ACP contra a União e propostas de revisão de políticas públicas e do modelo de gestão; agenda consolidada de defesa da RECM e de proposição de novas políticas públicas; fortalecimento institucional e maior envolvimento das mulheres e dos jovens na gestão da Resex.

- **EDUCAÇÃO DE JOVENS EM RESERVAS EXTRATIVISTAS DA AMAZÔNIA. 2023.** O projeto visa a elaboração de um modelo de educação técnica profissionalizante que atenda aos anseios dos jovens das Resex e gere maiores oportunidades de futuro visando assegurar a permanência dos mesmos nos territórios tradicionalmente ocupados; melhoria na qualidade de vida pela formação educacional profissionalizante; ampliação de oportunidades econômicas relacionadas ao desenvolvimento das Reservas Extrativistas para as gerações atuais e futuras.

ATIVIDADES DE CONSULTORIA

PORTFOLIO DE PROJETOS EXECUTADOS

GIZ. Levantamento de dados sobre resultados e desafios vinculados aos Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas (PPCDQs) na Amazônia. Outubro 2022.

GFA CONSULTING GROUP. Mid-Term Evaluation “Rem Acre Phase II”. Membro da equipe de Revisão de Meio Termo, consultora em questões socioambientais, Estado do Acre. Outubro 2021 a Março 2022.

GOVERNO DO ESTADO DO ACRE/KfW. Valoração da Sociobiodiversidade e Proteção das Florestas do Acre. Serviços de consultoria para apoiar na preparação de um aplicativo como parte do 'Fundo Floresta' para o estado do Acre. Agosto 2021.

AMAPAZ Projetos Sustentáveis Ltda / BAIN.CO. Consultoria para Elaboração do Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável da Amazônia Ocidental e Amapá (PDES) contratado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, Departamento de Desenvolvimento Sustentável e Mudanças Climáticas/Divisão de Clima e Sustentabilidade (CSD/CCS). Julho a outubro 2021.

Detzel Gestão Ambiental. Elaboração do Plano de Manejo da Estação Ecológica Estadual Serra dos Três Irmãos em Rondônia. Responsável pela Socioeconomia. 2020-2021.

NIRÁS-IPCONSULT/UNIQUE/DETZEL. Oferta Técnica para Programa REDD Early Movers Mato Grosso – REM MT. Mato Grosso. Março a julho 2020.

RHA Engenharia e Consultoria Ltda. 2019-2020. Formulação de metodologia para caracterização dos aspectos socioeconômicos de Planos de Ação de Emergência de barragens do Sistema Produtor Alto Tietê, SP.

RHA Engenharia e Consultoria Ltda. 2019-2020. Plano de Comunicação e Mobilização Social para Atualização e Complementação do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá.

DETZEL Consultores Associados. Levantamento de informações técnicas, dados primários, entrevistas e análise documental a respeito da elaboração do arcabouço legal e institucional do Programa REM (REDD for Early Movers) nos Estados do Acre e Mato Grosso, e sobre as lições aprendidas durante da perspectiva dos diferentes setores envolvidos. Mato Grosso e Acre. 2019.

IGPLAN – Inteligência Geográfica. Plano de Manejo do Parque Estadual Serra de Ricardo Franco, Estado de Mato Grosso; responsável pelo Diagnóstico Socioeconômico. Estado do Mato Grosso. 2018-2019.

AMATA S.A. Estratégia para Elaboração de Programa de Impacto Social Positivo no Entorno da Concessão Florestal da Amata em Rondônia. 2017-2018.

RHA Engenharia e Consultoria Ltda. Coordenação do Diagnóstico da Dinâmica Social e do Processo de Mobilização e Comunicação do Plano Estadual de Recursos Hídricos do Estado de Rondônia. 2016-2017.

Ministério do Meio Ambiente – MMA. Sistematização de dados, análise e elaboração de balanço da construção e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), Decreto 6040/2007. 2016.

AMATA S.A. Avaliação da presença de garimpeiros na área de concessão florestal da Amata e proposta de alternativas, em Rondônia. 2016.

Consórcio Energético do Rio Uruguai. Coordenadora do Plano de Comunicação Social e Participação Pública (Brasil) dos Aproveitamentos Hidrelétricos Garabi e Panambi, Estado do RS. 2014-2015.

IGPlan – Inteligência Geográfica. Coordenação técnica dos estudos ambientais do Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Trombetas, Estado do Pará. 2014-2015.

IGPlan – Inteligência Geográfica. Componente Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais do Estudo do Inventário Hidrelétrico da Bacia do Rio Negro, Estado do Amazonas. 2013-2014.

FERREIRA GOMES ENERGIA. Coordenação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório Artificial da Usina Hidrelétrica (UHE) Ferreira Gomes - PACUERA, Estado do Amapá. 2012-2013.

ECOTUMUCUMAQUE. Coordenação do Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão, Estado do Amapá. 2013.

FERREIRA GOMES ENERGIA. Coordenação do Programa de Apoio ao Plano Diretor de Ferreira Gomes, Estado do Amapá. 2012-2013

FERREIRA GOMES ENERGIA. Coordenação do Programa de Apoio ao Plano Diretor de Porto Grande, Estado do Amapá. 2012-2013.

AMATA S.A. Análise de risco de exploração mineral em área de concessão florestal em Rondônia. 2011.

IEB. INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL. Assessoria técnica ao Encontro dos Conselheiros Extrativistas do Sul do Amazonas. Lábrea, Estado do Amazonas. 2011.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. Assessoria ao projeto Educação para o Manejo Florestal. 2011.

AMATA S.A. Caracterização 2011. socioeconômica de populações tradicionais no entorno da Flona do Jamari no Estado de Rondônia.

ARCHGEO/LACTEC/COPEL. Coordenação do estudo de impacto socioeconômico e plano de comunicação do empreendimento Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Dois Saltos, em Prudentópolis, Estado do Paraná. 2011.

FERREIRA GOMES ENERGIA. Estudo complementar sobre impacto da UHE Ferreira Gomes sobre a infraestrutura social e produtiva de Ferreira Gomes e Porto Grande, Estado do Amapá. 2011.

FERREIRA GOMES ENERGIA. Estudo socioeconômico na área de influência indireta da UHE Ferreira Gomes no município de Cutias do Araguari, Estado do Amapá. 2011.

SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Projeto de pesquisa sobre Educação e Qualificação para as Reservas Extrativistas com o objetivo de formulação de uma política de educação para as Reservas Extrativistas. 2010.

ECOTUMUCUMAQUE. Coordenadora do PBA – Plano Básico Ambiental da Usina Hidrelétrica Ferreira Gomes, Estado do Amapá. 2010.

GOVERNO DO MATO GROSSO/Secretaria de Meio Ambiente. Facilitadora do Seminário sobre Castanha do Brasil na Amazônia Matogrossense: políticas públicas para a produção sustentável. Cuiabá, Estado do Mato Grosso. 2010.

NATURA. Laudo Antropológico sobre contrato de repartição de benefícios entre Comaru (Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru) e Natura como compensação por acesso a conhecimento tradicional associado a castanha-do-Brasil, na RDS do Rio Iratapuru, Estado do Amapá. 2009.

FUNBIO/GOVERNO DO AMAZONAS. Coordenação da elaboração do Plano de Gestão da Reserva Extrativista do Rio Gregório no Estado do Amazonas. 2009/2010

ECOBR. Coordenação de Estudos Complementares Socioeconômicos para a Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, no Estado do Paraná. 2009-2010.

ASSOCIAÇÃO CAIRUÇU. Mapeamento de conflitos socioambientais com comunidades tradicionais caiçaras e identificação de alternativas, Paraty, Estado do Rio de Janeiro. 2009.

ECOTUMUCUMAQUE. Auditoria e revisão técnica de dois Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental dos Aproveitamentos Hidrelétricos Cachoeira Caldeirão e Ferreira Gomes no Estado do Amapá. 2009.

SAE – Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República/CGEE-Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Coordenação do projeto Soerguimento Tecnológico e Econômico do Extrativismo na Amazônia visando a formulação de uma nova política de desenvolvimento do extrativismo no âmbito do Programa Amazônia Sustentável – PAS, política do governo federal para a **Amazônia**. <http://www.cgee.org.br/>. 2009.

ICMBIO-Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - PNUD. Avaliação dos benefícios proporcionados aos beneficiários pelo Projeto Desenvolvimento Sustentável com Comunidades Tradicionais implementado nas Reservas Extrativistas (Resex) Chico Mendes, nas Resex Marinhas do estado do **Pará** e na Resex Ciriaco, no estado do **Tocantins**. 2009.

CNS - Conselho Nacional das Populações Extrativistas/Pará. Diagnóstico das atividades produtivas nas Reservas Extrativistas do Pará. 2008-2009.

AMATA S.A. Consultoria na formulação do Plano de Gestão Social da empresa em seus projetos de manejo florestal sustentável e de recuperação de áreas alteradas. 2008-2009.

CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Nota Técnica sobre Gestão Comunitária Florestal na Amazônia para subsidiar o Projeto Nacional para o Desenvolvimento da Amazônia. 2008.

ENAP – Escola Nacional de Administração Pública/GTZ. Formulação de conteúdo para curso a distância de Especialização em Políticas Públicas Ambientais na Amazônia. 2008.

TNC - The Nature Conservancy. Avaliação do potencial de manejo efetivo das áreas protegidas do bioma Amazônia Brasileira. 2008.

IDEFLOR – Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará. Documento técnico para subsidiar a política de extrativismo e populações tradicionais do Estado do Pará. 2008.

SOS AMAZÔNIA. Diagnóstico Sócio-Antropológico do Plano de Manejo do Parque Estadual Chandless, Estado do Acre. 2008.

ECOTUMUCUMAQUE. Elaboração de diagnóstico socioeconômico para o Estudo de Impacto Ambiental da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Capivara no Rio Amapari, Estado do Amapá. 2008.

PETROBRAS. Membro de grupo de trabalho responsável pela formulação de um Plano de Desenvolvimento Sustentável para Carauari, Estado do Amazonas. 2007-2008.

NATURA. Laudo Antropológico sobre contrato de repartição de benefícios entre Comaru (Cooperativa Mista dos Produtores e Extrativistas do Rio Iratapuru) e Natura como compensação por acesso a conhecimento tradicional na RDS do Rio Iratapuru, Estado do Amapá. 2007.

GOVERNO DO ACRE/SEMA-CTA – Centro dos Trabalhadores da Amazônia. Coordenação do projeto Memória dos Movimentos Socioambientais do Acre. Organização de documentação, áudios e vídeos referentes aos temas Chico Mendes, Projeto Seringueiro e Reservas Extrativistas. 2006-2007.

NATURA-GTZ. Coordenação de seminário e publicação sobre Conservação, Uso Sustentável e Responsabilidade Corporativa, resultado de Painel de Debates organizado na COP8, Curitiba, Estado do Paraná. 2006-2007.

NATURA. Laudo Antropológico sobre acesso a conhecimento tradicional associado na RDS do Rio Iratapuru, Estado do Amapá. 2007.

NATURA. Assessoria antropológica para a Gerência de Relacionamento com Comunidades para formulação da política de repartição de benefícios da empresa. 2006.

GOVERNO DO ACRE/SEMA. Assessoria técnica à consolidação de informações sobre o Zoneamento Econômico Ecológico ZEE – Fase II, Estado do Acre. 2006.

GOVERNO DO ACRE. Levantamento de fontes e documentos sobre movimentos socioambientais do Acre para compor acervo da Biblioteca da Floresta, Estado do Acre. 2006.

NATURA/Amapaz-DS Projetos Sustentáveis. Coordenação do Plano Iratapuru Sustentável, desenvolvido na RDS do Rio Iratapuru, Estado do Amapá. 2005.

NATURA. Laudo Antropológico sobre acesso a patrimônio genético na RDS do Rio Iratapuru, Estado do Amapá. 2004.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Consultora para o Medium Sized Program do Global Environment Facility - GEF. Brasília, DF. 1998-1999.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Consultora para o projeto “Evaluación de Experiencias de Participación Comunitaria en Proyectos Sociales” apresentado na Assembleia de Governadores do BID em Cartagena, Colômbia. 1998.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Consultora para a Unidade de Populações Indígenas e Desenvolvimento Comunitário. Organização dos anais do Seminário de Avaliação do PMACI - Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas, Washington, DC. 1997.

CNPT/IBAMA. Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais. Consultora para o Projeto Resex - PPG7. Elaboração do Plano de Desenvolvimento da Reserva Extrativista do Rio Cajari, Estado do Amapá. 1997-1998.

MMA - Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal. Consultora para o projeto Formulação e Implementação de Políticas Públicas Compatíveis com os Princípios do Desenvolvimento Sustentável, Brasília, DF. 1996-1997.

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Consultora da Divisão de Populações Indígenas e Desenvolvimento Comunitário em Washington, DC. 1994.

UNDP - United Nations Development Program. Consultora para a avaliação da Fase Piloto do Global Environment Facility - GEF, responsável pela análise de projetos na Colômbia e Belize. Nova York, NY. 1993.

PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES INTERNACIONAIS

Committee for Development Policy at the United Nations Economic and Social Council. Janeiro de 2010 a dezembro de 2013.

Guiana Shield Initiative. Membro do Conselho Consultivo 2001-2007.

Global Environment Facility - GEF. Membro do STAP - Scientific and Technical Advisory Panel, na área de biodiversidade 1995-1997.

International Advisory Group – IAG. Membro do grupo de assessoria internacional do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - abril 1993-janeiro 1995.

USA Senate - The Congressional Human Rights Caucus. Exposição sobre Assentamento Involuntário nos Projetos Financiados por Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, Washington, DC. Setembro de 1989.

Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. Segunda Reunião de Consulta com Entidades Públicas e Organizações Não Governamentais Vinculadas com a Proteção Ambiental e a Conservação de Recursos Naturais. Washington, DC. Maio de 1989.

Senado dos EUA - Sub-Committee of Foreign Operations/Committee of Appropriations. Exposição realizada em nome de ONGs brasileiras sobre projetos de desenvolvimento financiados por bancos multilaterais e seus impactos em populações indígenas e meio ambiente. Washington, DC, Maio de 1986.

Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Audiência Pública. Exposição sobre problemas ambientais da Amazônia, Brasília, outubro 1985.

ARTIGOS E LIVROS PUBLICADOS

ALLEGRETTI, M.H.; CUNHA, L.H.O.; SCHMINK, M. Editoras. 2018. "30 Anos do Legado de Chico Mendes". Edição Especial da Revista Meio Ambiente e Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento UFPR.

BARBOSA DE ALMEIDA, M.W.; ALLEGRETTI, M.A.; POSTIGO, A. 2018. "O Legado de Chico Mendes: êxitos e entraves das Reservas Extrativistas", in Revista Meio Ambiente e Desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento UFPR.

ALLEGRETTI, M. 2012. "Áreas Protegidas na Amazônia Brasileira", in Áreas Protegidas – Série Integração, Transformação, Desenvolvimento, Vol. 2, Fundo Vale.

ALLEGRETTI, M. (Coordenação). 2010. "Soerguimento Tecnológico e Econômico do Extrativismo na Amazônia". CGEE. <http://www.cgge.org.br/>

ALLEGRETTI, M. H. and MARIANNE SCHMINK. 2009. "When Social Movement Proposals Become Policy: Experiments in Sustainable Development in the Brazilian Amazon". In *Rural Social Movements in Latin America: Organizing for Sustainable Livelihoods*. Edited by Carmen Diana Deere and Frederick S. Royce. University Press of Florida.

ALLEGRETTI, M. (Coordenação). 2008. "Biodiversidade: Conservação, Uso Sustentável e Responsabilidade Corporativa". Debates promovidos pela Natura e GTZ durante a COP8 em Curitiba, Brasil. Natura, GTZ, Arpa.

ALLEGRETTI, M. 2008. "A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros". Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR, vol. 18.

MILLER, K., Allegretti, M. H., Johnson, N. and Jonsson, B. 1995. "Measures for Conservation of Biodiversity and Sustainable Use of its Components". In Heywood, V. H. and Watson, R. T. (Orgs.): Global Biodiversity Assessment, Cambridge, New York: Cambridge University Press, 915-1061.

ALLEGRETTI, M. 2006. "Comunidades e Serviços Ambientais". Revista Página 22 - Informação para o Novo Século, N.1. Centro de Estudos em Sustentabilidade. Fundação Getúlio Vargas.

-.-.-.-. 2005. "Afiml, quem defende a Amazônia?" Jornal de Brasília, 29 de Maio.

-.-.-.-. 1998. Chico Mendes: Ten Years Before". In Ten Years Later - The Amazon and the Legacy of Chico Mendes. Environmental Defense Fund. Dezembro.

-.-.-.-. 1998. "Chico Mendes: Tiempo de Convicción y Ideología". Fundación Proteger, Santa Fé, Argentina. Diciembre.

-.-.-.-. 1998. "Chico Mendes: Tempo de Convicção e Ideologia". In Revista Parabólicas. N. 44 Ano 5. Outubro. Instituto Socioambiental. São Paulo, SP.

-.-.-.-. 1998. "Negotiating Conflicts and Conquering Participation: the social issue of the environment and the case of PMACI". Seminário Social Programs, Poverty and Citizen Participation. Inter-American Development Bank, Cartagena, Colombia, Março, 12-13.

-.-.-.-. 1997. "Documento Apresentado à Reunião dos Participantes do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil". Manaus, 27-30 Outubro. Artigo publicado em "Políticas Públicas para a Amazônia. Rumos, Tendências e Propostas". Grupo de Trabalho Amazônico. Amigos da Terra/Programa Amazônia.

-.-.-.-. 1997. "Ambientalismo Político e Reforma Agrária. De Chico Mendes ao Movimento dos Sem Terra". Revista Nueva Sociedad No. 150, julho-agosto 1997, Caracas, Venezuela.

HANSEN, S. M.H. Allegretti, R.D. Fall and M.N. Salleh. 1997. "Alternatives to slash and burn agriculture". STAP selective re. rep. of glo/95/g32 (phase 1). Scientific and Technical Advisory Panel, Global Environment Facility, Oslo. Missão de avaliação de projetos apoiados pelo Global Environment Facility (GEF) em Rondônia.

-.-.-.-. 1995. "The Amazon and Extracting Activities". In M. Clusener-Godt and I. Sachs (Ed), Brazilian Perspectives on Sustainable Development of the Amazon Region. Man and Biosphere Series, Vol 15, UNESCO e The Parthenon Publishing Group, Paris.

-.-.-.-. 1994. "Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia". In R. Arnt (Ed). O Destino da Floresta - Reservas Extrativistas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia. Relume Dumará, Rio de Janeiro.

-.-.-.-. 1994. "RECA: A Truce Between the Chainsaw and Nature". In New Partnerships in the Americas - The Spirit of Rio. New Partnerships Working Group: United States Agency for International Development e World Resources Institute.

-.-.-.-. 1994. "Políticas para el Uso de los Recursos Naturales Renovables: la Región Amazónica y las Actividades Extractivas". In M. Clusener-Godt e I. Sachs (Ed), Extractivismo en la Amazonia Brasileña: Perspectivas sobre el Desarrollo Regional. Compendio MAB 18, UNESCO, Paris.

-.-.-.-. 1992. "Reconciling People and Land: The Prospects for Sustainable Extraction in the Amazon". In Development or Destruction. The Conversion of Tropical Forest to Pasture in Latin America. Theodore E. Downing, Suzanna Hecht, Henry Al Pearson and Carmen Garcia (Ed). Westview Press.

- .-.-.-. 1992. "Política de Uso dos Recursos Naturais Renováveis: A Amazônia e o Extrativismo". FGV. Revista de Administração Pública, vol. 26, jan/mar.
- .-.-.-. 1992. "Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma Política de Desenvolvimento Sustentável na Amazônia". Revista Brasileira de Geografia, vol. 54, Nº 1, jan-mar.
- .-.-.-. 1991. "A Amazônia e o Extrativismo". In Subsídios Técnicos para Elaboração do Relatório Nacional do Brasil para a CNUMAD. Comissão Interministerial para a Preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília, julho de 1991.
- .-.-.-. 1991. "Preserving Rubber Tapping and Rainforests in the Amazon". In Sustainable Development and Biodiversity - Conflicts and Complementarities. Proceedings from Symposium and Workshops at Cornell University, Ithaca, NY. Setembro.
- .-.-.-. 1990. "Extractive Reserves: An Alternative for Reconciling Development and Environmental Conservation in Amazonia". In A.B. Anderson (Ed), Alternatives to Deforestation: Steps Toward Sustainable Use of the Amazon Rain Forest. New York, Columbia University Press.
- .-.-.-. 1990. "Do Avança Brasil ao PPA de Lula. O que mudou do ponto de vista ambiental na agenda do desenvolvimentismo na Amazônia". Rev. Ciência & Ambiente N. 32, v. 1, n.1, jul. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.
- .-.-.-. 1989. "Reservas Extrativistas: Uma Proposta de Desenvolvimento da Floresta Amazônica". Revista Pará Desenvolvimento No. 25, jan-dez.
- .-.-.-. 1989. "Reservas Extrativistas: Uma Proposta de Desenvolvimento da Floresta Amazônica". Revista Pará Desenvolvimento No. 25, jan-dez.
- .-.-.-. 1989. "Reservas Extrativistas - Uma Proposta de Desenvolvimento para a Floresta Amazônica". Revista São Paulo em Perspectiva, vol. 3 (4), 23-29, out-dez.

Curitiba, fevereiro de 2023



Mary Helena Allegretti